

O PARQUE SÃO LOURENÇO E A EMERGÊNCIA DA RACIONALIDADE AMBIENTAL NO PLANEJAMENTO URBANO BRASILEIRO

EIXO TEMÁTICO 01: Trajetórias, Institucionalização e Circulação de Ideias no Urbanismo

MACHADO, Geovanna

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo; Programa Associado UEM / UEL de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Estadual de Maringá.
pg407325@uem.br

SOARES, Ana Carolina Xavier

Me. e Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo; Programa Associado UEM / UEL de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Estadual de Maringá.
pg56121@uem.br

BELOTO, Gislaine Elizete

Dra. em Arquitetura e Urbanismo; Professora Titular do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Maringá e do Programa Associado UEM/UEL de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.
gebeloto@uem.br

RESUMO

Este artigo analisa o Parque São Lourenço, implantado em 1972 em Curitiba, como objeto de estudo para compreender a incorporação de condicionantes ambientais no planejamento urbano brasileiro. Parte-se do problema de investigação sobre em que medida experiências projetuais do período articulam infraestrutura urbana, paisagem e processos naturais, em um contexto marcado pela racionalidade técnico-produtivista. O objetivo é examinar de que forma a implantação do parque expressa uma inflexão nos modos de intervenção sobre o território, especialmente no que se refere à integração entre drenagem urbana, reciclagem, identidade regional e uso público. Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem qualitativa de caráter histórico-analítico, baseada em revisão bibliográfica e análise comparativa com parques urbanos brasileiros implantados na mesma década. Os resultados indicam que o Parque São Lourenço articula, em uma mesma intervenção, soluções de macrodrenagem, recuperação ambiental e produção de espaço público, evidenciando uma aproximação com princípios associados ao paradigma ambiental. Conclui-se que o caso analisado se configura como parte de um processo amplo de reconfiguração do planejamento urbano, no qual a natureza passa a ser mobilizada como elemento estruturador do projeto, ainda que de forma parcial, situada e coexistente com racionalidades técnicas e modernizadoras próprias do período.

Palavras-chave: Parque São Lourenço; planejamento urbano; paradigma ambiental.

PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

This article analyzes the São Lourenço Park, implemented in 1972 in Curitiba, as an object of study to understand the incorporation of environmental constraints in Brazilian urban planning. It starts from the research problem of the extent to which design experiences of the period articulate urban infrastructure, landscape, and natural processes, within a context marked by technical-productivist rationality. The objective is to examine how the implementation of the park expresses a shift in the modes of intervention in the territory, especially regarding the integration between urban drainage, recycling, regional identity, and public use. Methodologically, the research adopts a qualitative approach of a historical-analytical nature, based on a literature review and comparative analysis with Brazilian urban parks implemented in the same decade. The results indicate that the São Lourenço Park articulates, in a single intervention, macro-drainage solutions, environmental recovery, and the production of public space, evidencing an approximation to principles associated with the environmental paradigm. It is concluded that the analyzed case is configured as part of a broad process of urban planning reconfiguration, in which nature comes to be mobilized as a structuring element of the project, albeit in a partial and situated manner, coexisting with technical and modernizing rationalities typical of the period.

Key-words: São Lourenço Park; urban planning; environmental paradigm.

RESUMEN

Este artículo analiza el Parque São Lourenço, implantado en 1972 en Curitiba, como objeto de estudio para comprender la incorporación de condicionantes ambientales en la planificación urbana brasileña. Se parte del problema de investigación sobre en qué medida las experiencias proyectuales del período articulan infraestructura urbana, paisaje y procesos naturales, en un contexto marcado por la racionalidad técnico-productivista. El objetivo es examinar de qué forma la implantación del parque expresa una inflexión en los modos de intervención sobre el territorio, especialmente en lo que se refiere a la integración entre drenaje urbano, reciclaje, identidad regional y uso público. Metodológicamente, la investigación adopta un enfoque cualitativo de carácter histórico-analítico, basado en revisión bibliográfica y análisis comparativo con parques urbanos brasileños implantados en la misma década. Los resultados indican que el Parque São Lourenço articula, en una misma intervención, soluciones de macrodrenaje, recuperación ambiental y producción de espacio público, evidenciando una aproximación a principios asociados al paradigma ambiental. Se concluye que el caso analizado se configura como parte de un proceso amplio de reconfiguración de la planificación urbana, en el cual la naturaleza pasa a ser movilizadada como elemento estructurador del proyecto, aunque de forma parcial, situada y coexistente con racionalidades técnicas y modernizadoras propias del período.

Palabras clave: Parque São Lourenço; planificación urbana; paradigma ambiental.

INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XX, o planejamento urbano passou por uma mudança diante dos impactos decorrentes da urbanização acelerada e da crescente degradação ambiental (Meneguetti, 2007). Nesse período, a expansão das cidades ocorreu, em grande medida, orientada por modelos de ordenamento territorial baseados na setorização funcional e na priorização da infraestrutura viária, resultando em formas de ocupação que frequentemente desconsideravam as dinâmicas ambientais e os condicionantes naturais do território (Feldman, 2010; Vianna, 2017). Ao longo desse processo, intensificaram-se problemas como enchentes, degradação de cursos d'água e perda de qualidade ambiental urbana, evidenciando limitações nas formas tradicionais de planejamento.

A emergência do paradigma ambiental reconfigura a forma como a relação entre cidade e natureza passa a ser compreendida no campo do planejamento urbano. A paisagem e os processos ecológicos deixam de ocupar uma posição acessória e passam a ser considerados na leitura e na intervenção sobre o território (Olivo, 2023; Soares, 2025). Esse deslocamento incide sobre a prática projetual ao incorporar dinâmicas naturais, como o funcionamento hídrico e as características do meio físico, às decisões de projeto. Sua incorporação, contudo, ocorre de maneira gradual e desigual, abrindo espaço para experiências que articulam, em diferentes níveis, drenagem urbana, preservação ambiental, uso público e desenho urbano.

No Brasil, a incorporação dessas abordagens ocorreu de maneira não linear, coexistindo com práticas ainda fortemente vinculadas à racionalidade técnico-produtivista que orientavam o planejamento territorial nas décadas de 1950 e 1960. Nesse período, o desenvolvimento econômico, ancorado na industrialização e na expansão da infraestrutura, configurava o principal vetor da ação estatal, enquanto as questões ambientais permaneciam, em grande medida, secundarizadas no interior das estratégias de ordenamento do território (Feldman, 2010; Beloto, 2015). Ainda assim, essa racionalidade dominante não impediu o surgimento de proposições que ensaiavam leituras mais complexas do território, nas quais atributos naturais começavam a ser considerados como elementos relevantes para a organização espacial, ainda que de forma fragmentada e com baixa articulação institucional (Viola, 1998; Pádua, 2012). Trata-se, portanto, de um processo marcado por sobreposições e inflexões, no qual diferentes racionalidades coexistem e se tensionam no interior das práticas de planejamento (Soares; Beloto, 2025).

PENSAR FORA DO EIXO

É nesse contexto que Curitiba se insere como um caso relevante para a compreensão dessas inflexões no planejamento urbano brasileiro. A partir da década de 1960, a cidade passa por um processo de reestruturação de suas práticas de planejamento, marcado pela consolidação de uma base institucional voltada à formulação e implementação contínua de diretrizes urbanas. A criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) constitui elemento central nesse processo, ao articular dimensões técnicas, administrativas e projetuais na condução do desenvolvimento urbano (Dudeque, 2010; Vianna, 2017). No interior dessa estrutura, observa-se a construção de estratégias que passam a relacionar a organização do território às suas condições físicas e ambientais, sobretudo no enfrentamento de problemas recorrentes associados à dinâmica hídrica e à ocupação de áreas suscetíveis a inundações (Vianna, 2017).

Dentre essas experiências, a implantação do Parque São Lourenço, em 1972, destaca-se como um caso relevante ao articular, em uma mesma intervenção, a resolução de problemas de macrodrenagem urbana e a conformação de um espaço público multifuncional (Rechia, 2003; Vianna, 2017). Inserido em uma área historicamente sujeita a inundações, o parque não se limita a uma resposta técnica isolada, mas integra um conjunto de estratégias que passam a relacionar o enfrentamento de condicionantes ambientais à produção do espaço urbano. Nesse sentido, sua implantação pode ser compreendida no interior de um processo mais amplo de reconfiguração das práticas de planejamento, no qual a natureza passa a ser mobilizada não apenas como suporte, mas como elemento ativo na organização do território (Macedo; Sakata, 2010; Soares; Beloto, 2025).

A partir desse enquadramento, o presente artigo tem como objetivo analisar o Parque São Lourenço enquanto infraestrutura urbana, buscando compreender de que maneira sua implantação expressa a incorporação de princípios ambientais no contexto curitibano da década de 1970. Parte-se da hipótese de que o parque não se reduz a uma solução técnica voltada ao controle de cheias, mas evidencia uma inflexão parcial e situada nos modos de intervenção sobre a cidade, ao articular processos naturais, desenho urbano, uso público e reaproveitamento de estruturas existentes em uma mesma operação territorial.

1 MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa possui caráter qualitativo e natureza histórico-analítica, orientando-se pela investigação das relações entre planejamento urbano, produção de parques urbanos e incorporação de condicionantes ambientais no Brasil a partir da década de 1970. O estudo toma como objeto o Parque São Lourenço, implantado em Curitiba em 1972, compreendido como caso empírico a partir do qual se examinam as estratégias projetuais e institucionais mobilizadas no âmbito do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC). A escolha do caso fundamenta-se em sua inserção em área sujeita a inundações e em sua vinculação a políticas urbanas que articulam intervenção territorial e gestão de condicionantes ambientais.

O desenvolvimento do trabalho foi estruturado em etapas articuladas. A primeira consistiu na revisão bibliográfica, com foco em produções que tratam do urbanismo moderno, do planejamento urbano brasileiro e da produção de parques urbanos no século XX. Foram privilegiados autores que discutem as transformações das práticas de planejamento e a relação entre paisagismo, infraestrutura e meio físico, permitindo construir o referencial teórico que orienta a análise do caso. Essa etapa teve como finalidade situar o Parque São Lourenço no contexto das transformações do planejamento urbano nas décadas de 1960 e 1970, evitando sua leitura isolada.

A etapa seguinte consistiu na comparação entre o Parque São Lourenço e outros parques urbanos implantados no Brasil na mesma década, selecionados a partir da literatura especializada. Foram considerados casos com proximidade cronológica e porte semelhante, como o Parque Barreirinha (Curitiba), o Parque Moinhos de Vento (Porto Alegre), o Parque Ecológico do Tietê (São Paulo) e o Parque Carlos Lacerda (Rio de Janeiro). A seleção dos casos fundamenta-se na proximidade cronológica, na inserção em contextos urbanos brasileiros e na natureza das intervenções realizadas, permitindo estabelecer um campo de análise homogêneo em termos históricos e operacionais. Os parques escolhidos apresentam, em diferentes escalas, relações com o paisagismo, a infraestrutura urbana e/ou o manejo das águas. Essas relações nem sempre aparecem de maneira integrada, mas permitem observar como tais dimensões foram mobilizadas em experiências projetuais do período.

A análise comparativa parte do pressuposto de que os casos selecionados compartilham uma cronologia comum, a década de 1970, e contextos semelhantes, ao estarem situados em capitais estaduais brasileiras. Esse nivelamento permite examinar as distintas formas pelas quais a

PENSAR FORA DO EIXO

relação entre natureza e cidade é mobilizada no projeto urbano de cada localidade, orientando a identificação de convergências e distinções nas soluções adotadas.

A leitura desses objetos é conduzida por um recorte que privilegia a articulação entre forma urbana e condicionantes físicos, com ênfase na presença da água como elemento estruturador. Mais do que uma caracterização formal isolada, a análise incide sobre a maneira como as operações projetuais integram infraestrutura, paisagismo e manejo hídrico em resposta a situações de drenagem e inundação, observando o grau de integração dessas soluções com o tecido urbano.

Ao deslocar o foco do objeto em si para as racionalidades de intervenção que o constituem, a comparação assume um caráter analítico. O objetivo central é compreender em que medida o Parque São Lourenço se diferencia das práticas correntes do período, contribuindo para a verificação da hipótese de que sua implantação expressa uma inflexão nos modos de operar sobre o território.

2 CONTEXTO DO PLANEJAMENTO URBANO E DO PAISAGISMO NO BRASIL - DÉC. DE 1960 E 1970

Nas décadas de 1950 e 1960, o chamado “milagre econômico” brasileiro estruturou o desenvolvimento nacional a partir da industrialização e da expansão da infraestrutura, especialmente a viária, consolidando um modelo de crescimento orientado pela integração territorial e pela modernização produtiva (Feldman, 2010). Nesse contexto tecnocrático e racionalista, as questões ambientais eram amplamente negligenciadas, sendo compreendidas como obstáculos ao progresso ou como recursos a serem apropriados no processo de expansão urbana e industrial. Tal perspectiva estava alinhada à racionalidade técnico-produtivista que caracterizou o planejamento regional brasileiro do período — fortemente influenciado pela incorporação e adaptação de modelos internacionais —, no qual a natureza era frequentemente secundarizada frente às demandas de desenvolvimento econômico e infraestrutura (Soares; Beloto, 2025; Soares, 2025). Em resposta aos impactos da urbanização acelerada e da degradação associada ao processo industrial, emergiu, em escala global, uma nova sensibilidade em relação às questões ambientais, fundamentada em avanços científicos e em movimentos conservacionistas que passaram a problematizar os limites dos recursos naturais e os efeitos da ação antrópica sobre os sistemas ambientais (Meneguetti, 2007; Olivo, 2023).

PENSAR FORA DO EIXO

Essa inflexão insere-se no contexto de ampliação do debate ambiental em escala internacional, que ganha centralidade a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972, ao consolidar o meio ambiente como questão política e científica de alcance global (ONU, 1972). No campo do planejamento e do paisagismo, essa mudança não se restringe à incorporação temática da natureza, mas implica uma reorientação na forma de compreender sua relação com o território. A natureza deixa de ser tratada como pano de fundo ou elemento residual e passa a ser progressivamente reconhecida como componente estruturador das decisões projetuais, articulando processos ecológicos e organização espacial.

Nesse contexto, destaca-se a publicação de *Design with Nature* (1969), de Ian McHarg, cuja contribuição reside na proposição de uma metodologia de base ecológica aplicada ao planejamento territorial. Ao sistematizar a sobreposição de camadas de informação relativas ao meio físico (como hidrografia, relevo, solos e áreas de inundação), o autor estabelece critérios para orientar o uso e a ocupação do solo a partir da aptidão ambiental, invertendo a lógica dominante até então, na qual os processos naturais eram subordinados à urbanização. Essa abordagem, amplamente discutida na literatura, representa um ponto de inflexão ao integrar conhecimento científico, leitura da paisagem e tomada de decisão projetual, contribuindo para a consolidação de uma racionalidade que passa a orientar o planejamento a partir das dinâmicas naturais (Meneguetti, 2007; Olivo, 2023; Soares, 2025)

Compreender a implantação de parques como o São Lourenço exige ultrapassar uma leitura estritamente local e situá-la no contexto mais amplo das transformações do paisagismo e dos espaços livres no Brasil ao longo das décadas de 1960 e 1970. Nesse período, consolidou-se o paisagismo moderno enquanto campo disciplinar, em um processo iniciado nas décadas de 1930 e 1940, marcado pela ruptura com o Ecletismo e com a tradição dos jardins formais. Essa mudança não se limita à linguagem projetual, mas envolve a redefinição do papel do paisagismo na cidade, que passa a se articular de forma mais direta com as dinâmicas urbanas e com a produção do espaço público. O parque moderno deixa de ser concebido como espaço predominantemente contemplativo e passa a incorporar programas mais complexos, voltados ao atendimento das demandas de uma sociedade urbana em expansão, incluindo atividades recreativas, esportivas e culturais (Macedo; Sakata, 2010).

Essa ampliação programática, entretanto, expressa uma transformação mais profunda na forma de conceber a relação entre paisagem e urbanização. A incorporação da vegetação nativa, a

PENSAR FORA DO EIXO

valorização das condições naturais do sítio e a adoção de soluções projetuais menos rígidas indicam uma aproximação progressiva entre o projeto paisagístico e os processos naturais, ainda que sem nenhuma sistematização ecológica explícita. Nesse contexto, observa-se uma transição gradual de abordagens predominantemente estéticas para perspectivas que passam a reconhecer o papel estruturador dos espaços livres na organização urbana, ampliando sua atuação para além da qualificação formal (Meneguetti, 2007). Ainda que essa mudança não configure, naquele momento, uma abordagem ambiental plenamente consolidada, ela evidencia um deslocamento relevante no campo do projeto, no qual a paisagem passa a atuar como elemento de articulação entre sistemas naturais e urbanos.

Até a década de 1950, o planejamento urbano de Curitiba encontrava-se alinhado à matriz higienista e rodoviarista consolidada no Plano Agache (1943), cuja proposta estruturava a cidade a partir da canalização de cursos d'água e da implantação de grandes eixos viários radiais e perimetrais, orientados por uma lógica centrípeta de adensamento e organização do território (Rechia, 2003; Vianna, 2017; Dudeque, 2010). Conforme analisa Dudeque (2010), esse modelo apoiava-se em uma concepção estática e normativa da cidade, fundada na previsibilidade do crescimento urbano e na ideia de um plano como estrutura fechada, imune às transformações históricas.

A partir da década de 1960, contudo, observa-se uma mudança nesse paradigma, materializada pela elaboração do Plano Preliminar de Urbanismo (1965), coordenado por Jorge Wilhelm, e na criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC). Mais do que uma revisão de diretrizes, esse momento introduz uma nova racionalidade de planejamento, na qual o plano deixa de ser entendido como um modelo acabado e passa a operar como um processo aberto, adaptativo e continuamente ajustável às dinâmicas urbanas. Nesse contexto, a proposta de crescimento linear tangencial ao centro histórico, articulando de forma integrada o uso do solo, o sistema viário e o transporte coletivo, não representa apenas uma solução técnica, mas a materialização de uma leitura histórica do território. Como aponta Dudeque (2010), a identificação da tendência linear de expansão urbana permitiu a incorporação do próprio processo histórico de crescimento à lógica do plano, substituindo a organização radiocêntrica por uma estrutura aberta, potencialmente expansível e não limitada por fronteiras rígidas.

Essa reestruturação redefine, ainda, o papel do centro urbano e das áreas consolidadas, promovendo a preservação do núcleo histórico e o deslocamento das dinâmicas de centralidade

PENSAR FORA DO EIXO

para os eixos estruturais. A valorização da escala humana e a requalificação do espaço público — exemplificadas pela implantação do calçadão da Rua XV de Novembro — inserem-se, assim, em um quadro mais amplo de transformação conceitual, no qual o planejamento urbano passa a ser compreendido como uma prática processual, aberta e sujeita a revisões contínuas, em oposição à rigidez normativa dos modelos anteriores (Rego; Januário; Avanci, 2022; Vianna, 2017; Dudeque, 2010).

No contexto das cidades brasileiras, observa-se a coexistência de abordagens distintas na incorporação dos espaços livres ao planejamento urbano. Em São Paulo, por meio da atuação do Departamento de Parques e Áreas Verdes (DEPAVE), a implantação de grandes parques, como o Carmo e o Anhanguera, esteve associada a uma lógica tecnocrática, na qual os espaços verdes eram concebidos como equipamentos urbanos inseridos de forma relativamente autônoma na estrutura da cidade (Macedo; Sakata, 2010).

A política de pedestrização e a implantação de um sistema de transporte baseado em eixos lineares integram um processo mais amplo de reorganização territorial. Nesse mesmo contexto, a aquisição sistemática de fundos de vale introduz uma forma de intervenção que articula a proteção dos rios e da vegetação à criação de espaços públicos e ao enfrentamento de problemas urbanos recorrentes, como as inundações. A incorporação dessas áreas ao planejamento urbano promove a convergência entre infraestrutura, paisagem e uso recreativo, evidenciando uma reconfiguração no papel dos elementos naturais, que passam a participar de maneira mais direta da estruturação do território (Rechia, 2003).

Na capital paranaense, a incorporação de diretrizes relacionadas ao meio físico ganhou maior consistência a partir de 1971, durante a gestão de Jaime Lerner e com a atuação da equipe técnica do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC). Nesse período, observa-se o progressivo abandono da prática de canalização dos cursos d'água em galerias de concreto, substituída por soluções que passam a considerar as dinâmicas naturais d

os sistemas hídricos (Vianna, 2017). A recorrência de enchentes nos principais rios urbanos — Belém, Barigui e Iguaçu — conduz à adoção de estratégias baseadas na utilização dos fundos de vale como áreas de retenção e amortecimento, incorporadas ao desenho urbano como espaços abertos.

PENSAR FORA DO EIXO

A transformação dessas áreas em bacias de contenção associadas a espaços públicos introduz uma forma de intervenção que articula controle hidrológico, preservação ambiental e uso coletivo. Nesse contexto, o Parque São Lourenço, implantado em 1972, consolida-se como uma das primeiras experiências sistematizadas dessa abordagem, ao demonstrar a viabilidade de soluções que integram infraestrutura e paisagem no enfrentamento de problemas urbanos recorrentes (Rechia, 2003; Vianna, 2017).

As transformações observadas nas décadas de 1960 e 1970 ampliaram o papel dos espaços livres no ambiente urbano, ao mesmo tempo em que tensionam os pressupostos do urbanismo modernista consagrados pela Carta de Atenas, especialmente no que se refere à setorização funcional e à separação entre cidade e natureza (Macedo; Sakata, 2010). Em Curitiba, a década de 1970 corresponde ao momento de consolidação dessa reorientação, marcado pela atuação do IPPUC na articulação entre políticas de transporte, uso do solo e intervenções sobre o meio físico, incorporando progressivamente projetos ambientais e culturais à estrutura do planejamento urbano (Vianna, 2017; Pougy, 2021).

O planejamento passa a operar por meio de estratégias integradas, nas quais soluções para problemas urbanos concretos — como mobilidade, drenagem e ocupação do território — são formuladas em diálogo com as condições físicas e ambientais da cidade. A incorporação dos fundos de vale, a implantação de parques urbanos e a reorganização do sistema viário evidenciam uma ampliação do campo de atuação do planejamento, articulando infraestrutura, paisagem e uso público de maneira mais consistente. Ainda que tais práticas não se configurem, naquele momento, como expressão sistematizada de uma abordagem ambiental, elas indicam um deslocamento na forma de conceber a intervenção sobre o território, situando Curitiba como um caso relevante para a compreensão das inflexões no planejamento urbano brasileiro no período.

2.1 Paradigma ambiental como lente de análise

O paradigma ambiental consolida-se como uma estrutura teórico-conceitual que orienta simultaneamente a compreensão e a ação sobre o território a partir do reconhecimento das interdependências entre sistemas naturais e sociais. Sua emergência não se configura como um evento pontual, mas como um processo histórico gradual, diretamente relacionado às transformações desencadeadas pela Revolução Industrial e aprofundado pelos efeitos cumulativos da urbanização moderna. Nesse contexto, a intensificação da exploração dos recursos naturais, a degradação dos ecossistemas e a crescente dissociação entre cidade e meio físico evidenciaram os limites de uma racionalidade técnico-produtivista fundada na ideia de crescimento ilimitado (Olivo, 2023; Soares, 2025).

A partir de meados do século XX, particularmente nos contextos norte-americano e europeu, esse conjunto de tensões passa a se traduzir na formulação de um novo referencial interpretativo e operativo para o planejamento e o projeto. Tal deslocamento não se restringe à incorporação de variáveis ambientais aos instrumentos existentes, mas implica uma reconfiguração dos fundamentos do pensamento urbanístico e paisagístico. Nesse movimento, a natureza deixa de ser compreendida como suporte passivo, cenário estético ou reserva de recursos, passando a ser reconhecida como sistema ativo, dotado de processos próprios — hidrológicos, geomorfológicos, biológicos — que condicionam a organização do território. (Ndubisi, 2002; Soares, 2025)

Essa mudança de perspectiva está associada à incorporação progressiva de conhecimentos oriundos de campos como a ecologia, a geografia física, a botânica e a própria arquitetura da paisagem, que passam a informar uma leitura integrada e processual do espaço (Olivo, 2023). Ao deslocar o foco da forma urbana isolada para as relações entre forma, processo e função, o paradigma ambiental introduz uma lógica de compreensão sistêmica, na qual o território é apreendido como um sistema socioecológico complexo. A incorporação da natureza ao espaço urbano passa a ser compreendida a partir de seus fluxos, dinâmicas e interações, bem como de suas implicações na produção do espaço (Olivo, 2023; Soares e Beloto, 2025).

Esse deslocamento assume caráter epistemológico ao introduzir uma forma de apreensão do território na qual os sistemas naturais deixam de ocupar posição externa à ação projetual e passam a constituir sua base estruturante. No âmbito do paradigma ambiental, essa transformação se expressa pela incorporação de critérios ecológicos na definição de problemas, na leitura das condições territoriais e na formulação de estratégias projetuais, orientando intervenções que

PENSAR FORA DO EIXO

respondem às dinâmicas biofísicas do meio (Olivo, 2023; Soares, 2025; Beloto; Olivo; Soares, 2026).

Nesse sentido, conforme aponta Meneguetti:

“O paradigma ambiental, inserido definitivamente nas esferas de planejamento e projeto urbanos através do reconhecimento da estrutura ecológica, visa capacitar os projetos para a criação de paisagens que trabalhem em favor dos processos naturais, agregando bem-estar e estética ao meio urbano.” (Meneguetti 2007, p.154)

A afirmação evidencia um deslocamento fundamental na prática projetual. O projeto passa a operar a partir das dinâmicas naturais, reconhecendo-as como matriz estruturadora do espaço. Regimes hidrológicos, topografia, cobertura vegetal e sistemas ecológicos deixam de constituir condicionantes externos e passam a orientar diretamente as decisões projetuais, configurando intervenções alinhadas às características biofísicas do território (Meneguetti, 2007; Olivo, 2023; Soares, 2025).

Aprofundando essa compreensão, o paradigma ambiental pode ser entendido como um referencial que orienta práticas voltadas à conservação, recuperação e gestão dos sistemas socioecológicos, com ênfase nas relações de interdependência entre processos ecológicos, manutenção da biodiversidade e qualidade de vida humana (Soares, 2025). A noção de ambiente, nesse contexto, amplia-se para além de um conjunto de elementos naturais isolados, passando a englobar redes de relações dinâmicas que articulam natureza e sociedade em múltiplas escalas. Inserido no escopo mais amplo da sustentabilidade — conceito multidisciplinar em debate atualmente — o paradigma ambiental constitui uma de suas bases estruturantes no campo do planejamento territorial. Sua atuação se expressa de forma propositiva, orientada pela integração entre processos naturais e práticas sociais, o que implica reconhecer a natureza como elemento estruturador do projeto, capaz de qualificar o espaço urbano e regional a partir de critérios ecológicos, sociais e culturais (Olivo, 2023; Soares, 2025).

Esse referencial adquire particular relevância para a compreensão das transformações ocorridas no planejamento urbano e regional a partir das décadas de 1960 e 1970. Ainda que nem sempre explicitado conceitualmente, ele permite interpretar intervenções nas quais a natureza passa a ocupar papel mais ativo na organização do espaço. No caso dos parques urbanos, essa inflexão se manifesta quando esses espaços articulam funções ecológicas, hidrológicas e sociais, ultrapassando sua dimensão recreativa ou estética.

A leitura do Parque São Lourenço à luz do paradigma ambiental não implica afirmar que o projeto já expressasse uma racionalidade ambiental plenamente consolidada. Trata-se de reconhecer indícios de uma mudança situada no modo de operar sobre o território. Nesse caso, a natureza é mobilizada como componente da solução urbana, mediando relações entre drenagem, infraestrutura, paisagem, reaproveitamento de estruturas existentes e uso público. A noção de paradigma ambiental funciona, portanto, como lente analítica para interpretar tais indícios, e não como categoria fechada que enquadre integralmente o projeto.

2.2 Curitiba, relações com o paradigma ambiental e o contexto

A análise do planejamento urbano de Curitiba a partir das décadas de 1960 e 1970 insere a experiência local em um conjunto mais amplo de transformações no pensamento urbanístico e paisagístico, marcado pela progressiva incorporação das interdependências entre sistemas naturais e processos urbanos. Embora o paradigma ambiental se consolide posteriormente como formulação teórico-conceitual sistematizada, sobretudo em contextos internacionais (Ndubisi, 2002; Soares, 2025), observa-se, no caso curitibano, a emergência de práticas que mobilizam o meio físico como componente estruturador do território (Vianna, 2017).

A consolidação de Curitiba como referência no planejamento urbano, especialmente a partir da década de 1970, relaciona-se à capacidade de articular planejamento institucional, infraestrutura urbana e intervenções sobre o meio físico. Nesse processo, algumas práticas adotadas pelo IPPUC aproximam-se de princípios posteriormente associados ao paradigma ambiental, sobretudo ao incorporar drenagem, topografia, fundos de vale e cobertura vegetal como critérios de ordenamento territorial (Vianna, 2017).

Essas transformações inserem Curitiba em um contexto mais amplo de reconfiguração do planejamento urbano na segunda metade do século XX, marcado pela revisão dos fundamentos técnico-produtivistas que até então orientavam a intervenção territorial (Ndubisi, 2002; Soares, 2025). Nesse processo, a natureza deixa de ser tratada como suporte passivo da urbanização e passa a operar como componente ativo na estruturação do território, condicionando as formas de ocupação, drenagem e organização espacial. Mesmo sem uma formulação conceitual explícita naquele momento, as diretrizes adotadas evidenciam uma compreensão integrada entre cidade e meio físico (Oliveira, 2023; Rech, 2003; Vianna, 2017).

PENSAR FORA DO EIXO

A atuação do IPPUC, especialmente a partir da década de 1970, redefine as bases do planejamento urbano ao incorporar as condições ambientais como critério estruturador da intervenção (Vianna, 2017, Dudeque, 2010). A substituição da canalização dos cursos d'água por soluções baseadas na utilização dos fundos de vale, associadas à implantação de parques urbanos, expressa essa reconfiguração (Vianna, 2017). Os sistemas naturais deixam de ser tratados como entraves ao crescimento urbano e passam a desempenhar papel ativo na resolução de problemas concretos, como as inundações, ao mesmo tempo em que estruturam espaços públicos e qualificam a paisagem urbana (Rechia, 2003).

Essa lógica evidencia a incorporação de critérios vinculados às dinâmicas hidrológicas, à morfologia do relevo e à vegetação na definição das estratégias projetuais, configurando uma aproximação consistente com os pressupostos do paradigma ambiental (Soares, 2025). Ainda que tais práticas não derivem de um referencial teórico explicitamente formulado naquele momento, indicam uma mudança substantiva na racionalidade do planejamento, na qual a natureza passa a ser integrada de forma sistemática às decisões urbanas (Rechia, 2003; Vianna, 2017). A prática projetual, portanto, antecipa formulações que seriam posteriormente sistematizadas no campo do planejamento ambiental (Ndubisi, 2002; Soares; Beloto, 2025).

Em contraste com outras experiências nacionais ainda orientadas por uma lógica predominantemente tecnocrática, Curitiba desenvolve estratégias aproximadas às proposições de Ian McHarg, nas quais o meio físico não apenas condiciona, mas orienta a valoração das alternativas de intervenção. A valorização dos fundos de vale explicita esse deslocamento de paradigma ao reconhecer essas áreas como infraestruturas capazes de articular funções hidrológicas, ecológicas e sociais, incluindo drenagem, contenção de cheias, preservação da biodiversidade e oferta de espaços públicos (Rechia, 2003; Vianna, 2017).

A conversão de áreas suscetíveis a inundações em parques lineares altera seu estatuto no planejamento ao incorporá-las como elementos permanentes da estrutura urbana (Olivo, 2023; Soares, 2025). Esses espaços deixam de figurar como exceções a serem corrigidas e passam a integrar a lógica de ordenamento, operando como componentes ativos na definição das formas de ocupação (Rechia, 2003; Vianna, 2017).

A experiência curitibana insere-se no processo de institucionalização do planejamento no Brasil, ao consolidar, no âmbito do IPPUC, um conjunto de práticas que conferem continuidade e coerência às intervenções urbanas (Vianna, 2017). Mais do que adaptação de modelos externos,

esse processo evidencia a estabilização de um modo de operar no qual as condições ambientais passam a orientar, de forma recorrente, as decisões de planejamento. Trata-se, assim, de uma experiência que antecipa, em nível prático, deslocamentos que somente posteriormente seriam sistematizados no campo do planejamento ambiental.

3 O PARQUE SÃO LOURENÇO COMO INFRAESTRUTURA URBANA

No âmbito das transformações do planejamento urbano curitibano na década de 1970, propõe-se o projeto do Parque São Lourenço (1971), desenvolvido pelo arquiteto Roberto Luiz Gandolfi e implantado em 1972 (Vianna, 2017).

“O Parque São Lourenço foi o primeiro parque linear de fundo de vale, com a preservação das florestas existentes e o lago dimensionado para regular a vazão do Rio Belém. Ele foi a primeira experiência prática de todo aquele nosso projeto concebido no IPPUC.” (KLUPPEL, 1992. In: IPPUC, Op. cit. p.32.)

Ao observar o parque a partir do cenário histórico, percebe-se que a implantação resultou da urgência em resolver problemas de macrodrenagem urbana, ocasionados pelo rompimento da represa do São Lourenço associados à necessidade de preservação ambiental (Prefeitura de Curitiba, 2024). O projeto aproveitou um reservatório existente no Rio Belém, com o objetivo de criar um lago que funcionasse como uma bacia de contenção em períodos de cheia, regulando a vazão do rio e protegendo as áreas urbanas de inundações (Vianna, 2017). Essa solução articula funções de drenagem, uso público e preservação ambiental, integrando a infraestrutura hidráulica à configuração de um espaço público destinado ao lazer e à permanência (Rechia, 2003; Vianna, 2017).

O projeto arquitetônico, desenvolvido por Roberto Luiz Gandolfi, incorporou estratégias de reutilização de estruturas pré-existentes. As instalações poluentes de uma antiga fábrica de cola foram adaptadas e recicladas para abrigar o Centro de Criatividade de Curitiba, transformando um espaço industrial degradado em um equipamento cultural inclusivo e voltado à população (Vianna, 2017; Rego; Januário; Avanci, 2022).

Além disso, a utilização de materiais de baixo custo e de reuso — como os postes de eucalipto descartados pelo sistema de iluminação pública — evidenciou, por meio do emprego de

soluções construtivas baseadas no reaproveitamento, uma abordagem que vai ao encontro da preocupação com a viabilidade técnica e econômica, bem como com a questão ambiental (Vianna, 2017). Ao mesmo tempo, reforçou o caráter experimental do projeto, criando uma identidade construtiva que capitalizou sobre os aspectos socioculturais e ambientais, antecipando práticas sustentáveis e pós-modernistas na arquitetura da cidade (Rego; Januário; Avanci, 2022).

A criação do Parque São Lourenço (Figura 01) configurou uma estratégia de intervenção que integra drenagem urbana, qualificação ambiental e uso público, respondendo aos problemas de inundação e às demandas de saneamento das áreas urbanas (Pougy, 2021). As bacias de contenção atuaram na regulação da macrodrenagem e passaram a compor espaços públicos destinados ao lazer e à cultura (Rechia, 2003).

Figura 1. Situação do Parque São Lourenço



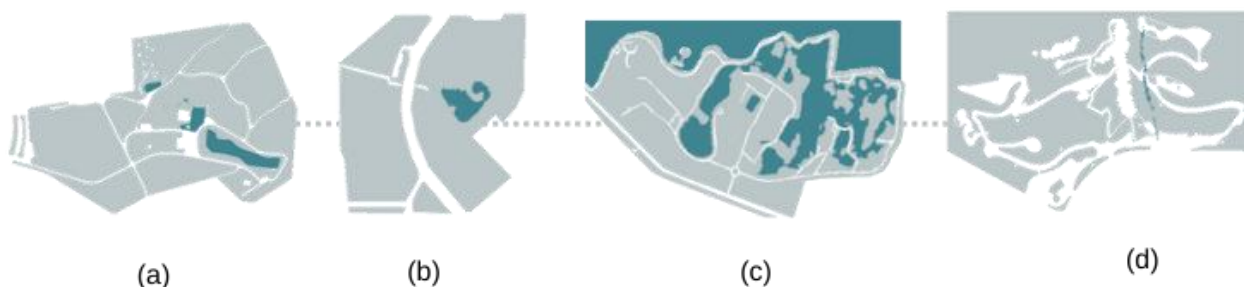
Fonte: Google Earth (modificado pela autora), 2026.

3.1 A produção dos parques urbanos na década de 1970

Para expandir o estudo sobre o objeto, recorre-se ao livro "Parques Urbanos do Brasil", de Macedo e Sakata (2010). Foram levantados parques executados no mesmo contexto temporal, na década de 1970, e em escalas projetuais semelhantes. A partir desse recorte, há a escolha pelos seguintes parques (Figura 02): Parque Barreirinha — Curitiba-PR — (1972), Parque Moinhos de Vento — Porto Alegre-RS — (1972), Parque Ecológico do Tietê — São Paulo-SP — (1977) e Parque Carlos Lacerda — Rio de Janeiro-RJ — (1978).

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 2. A forma dos parques (a) parque barreirinha - Curitiba-PR, (b) parque moinhos de vento - Porto Alegre-RS, (c) parque ecológico do tietê - São Paulo-SP e (d) parque Carlos Lacerda - Rio de Janeiro-RJ



Fonte: A autora, 2026.

O Parque Barreirinha (1972), que se encontra em contexto urbano e temporal equivalente ao principal objeto de estudo, foi implantado em uma área de subúrbio com relevo acidentado e mata nativa. Já o Parque Carlos Lacerda, conhecido como Parque da Catacumba (1978), no Rio de Janeiro, surgiu após a remoção de uma favela localizada em uma encosta, tendo sua cobertura florestal reconstituída para abrigar um acervo de 31 esculturas ao ar livre, voltando-se para a difusão cultural. Nos parques Moinhos de Vento (1972), em Porto Alegre, e Barreirinha, a água assume predominantemente um papel cênico e contemplativo, associado à tradição do paisagismo moderno (Macedo; Sakata, 2010).

O Parque Ecológico do Tietê (1977), em São Paulo, por sua vez, aproxima-se de uma abordagem ambiental ao incorporar estratégias de preservação das várzeas alagáveis e a modelagem de um sistema de lagos e ilhas implantados em áreas de extração de areia. Ainda que compartilhe com o objeto de estudo a utilização do paisagismo como instrumento de macrodrenagem, sua atuação se dá em uma escala territorial ampla, dificultando o pensamento infraestrutural associado ao pensamento da micro escala urbana, do desenho do parque. Em contraste, o Parque São Lourenço consegue operar tanto em uma escala regional, à medida que ele faz parte de um complexo de parques que realizam o controle das cheias, quanto em uma escala local garantindo a análise de condicionantes importantes para sua região.

Ao examinar vis-à-vis a produção dos parques urbanos na década de 1970, a análise comparativa evidencia que os parques do período se distinguem sobretudo pela função atribuída aos elementos naturais e por sua forma de inserção no tecido urbano. Nos casos do Parque Barreirinha e do Parque Moinhos de Vento, a água e a vegetação assumem predominantemente

PENSAR FORA DO EIXO

um papel cênico e contemplativo, alinhado à tradição do paisagismo moderno focado na composição de uma paisagem pitoresca (Macedo; Sakata, 2010). Já o Parque Carlos Lacerda, embora incorpore a recuperação vegetal de uma encosta outrora degradada, orienta-se principalmente para a difusão cultural, com menor ênfase na adoção de processos de drenagem urbana (Macedo; Sakata, 2010).

Por outro lado, o Parque Ecológico do Tietê aproxima-se de uma abordagem ambiental ao integrar estratégias de preservação hídrica das várzeas alagáveis, contudo, sua concepção ocorre de maneira técnica, sua ampla escala não revela a compreensão do pensamento infraestrutural e multiescalar. Em contraste, o Parque São Lourenço distingue-se por pensar o projeto de maneira complexa, buscando soluções multiescalares e interdisciplinares que articulam drenagem hídrica, recuperação ambiental, uso público e identidade local (Vianna, 2017), evidenciando uma abordagem mais integrada entre infraestrutura ecológica, espaço urbano e cultura local. Em termos de semelhanças, a experiência curitibana comungava plenamente dos ideais do parque moderno brasileiro, unindo as necessidades sociais de lazer ativo das massas à conservação do meio natural (Macedo; Sakata, 2010; Vianna, 2017).

Desse modo, o parque se revela como um artefato da mudança de paradigmas, de uma simplificação para a complexidade, a qual seria incorporada futuramente por outros parques implantados na cidade, a exemplo do Parque Barigui e do Parque Iguaçu (Vianna, 2017), influenciando também projetos estruturados em décadas posteriores sob premissas semelhantes, como o Parque Tingui (Sakata, 2018). Nesse contexto, o Parque São Lourenço destaca-se por expressar, de forma mais consistente, os pressupostos do paradigma ambiental, ao articular em uma mesma estratégia projetual processos ecológicos, infraestruturais e sociais (Olivo, 2023; Soares, 2025).

Ao incorporar a dinâmica hídrica como elemento estruturador do projeto, associada à recuperação de uma área industrial degradada e à oferta de espaços públicos de lazer e cultura, o parque evidencia uma compreensão do território como sistema socioecológico, no qual natureza e cidade deixam de operar de forma dissociada (Rechia, 2003; Vianna, 2017). É nessa articulação que a complexidade se torna argumento: o parque transforma um problema hidráulico em operação territorial, fazendo com que meio físico, infraestrutura e usos urbanos sejam compreendidos em relação. A contemporaneidade do caso reside nessa passagem, ainda incipiente, de uma resposta setorial para uma leitura integrada do território.

PENSAR FORA DO EIXO

Diferentemente dos demais parques analisados, nos quais a natureza aparece predominantemente como elemento cênico ou de caráter funcional isolado (Macedo; Sakata, 2010), o Parque São Lourenço destaca-se, então, por articular três dimensões distintas: a solução de problemas de macrodrenagem urbana, recuperação ambiental de uma área industrial outrora degradada e a criação de um espaço público destinado ao lazer e à cultura local (Rechia, 2003; Vianna, 2017). Tal abordagem aproxima-se diretamente do paradigma ambiental ao reconhecer a natureza como infraestrutura ativa do projeto, capaz de estruturar intervenções que respondem simultaneamente às demandas ambientais e sociais (Meneguetti, 2007; Soares, 2025).

CONCLUSÃO

A análise do Parque São Lourenço no contexto histórico de sua implantação permite compreender que determinadas práticas urbanísticas desenvolvidas em Curitiba, na década de 1970, se inserem em um processo de transformação no planejamento urbano brasileiro. Ao articular infraestrutura hídrica, recuperação ambiental e produção de espaço público, o parque evidencia uma mudança significativa na forma de conceber a relação entre cidade e natureza.

Essa modificação torna-se mais evidente quando o Parque São Lourenço é analisado em perspectiva comparativa com outros parques implantados no mesmo período, nota-se que ele opera em uma escala regional, como parte de um sistema de macrodrenagem inserido no tecido urbano, integrando de forma simultânea a função social e as características identitárias da cultura local, evidenciando uma diferença qualitativa em relação às demais experiências analisadas. Isso demonstra que o projeto se caracteriza por certa complexidade, ao conseguir operar nas escalas macro e micro urbanas.

Essa leitura, contudo, deve ser compreendida em seus limites. O Parque São Lourenço não representa uma ruptura plena com as racionalidades técnicas e modernizadoras do período, nem a consolidação acabada de um paradigma ambiental no planejamento urbano brasileiro. Sua relevância está justamente em expressar uma inflexão parcial e situada, na qual a natureza passa a participar da solução projetual sem eliminar as bases técnicas e funcionais que ainda estruturavam o planejamento urbano naquele contexto.

Desse modo, o Parque São Lourenço pode ser interpretado como um artefato de transição de paradigma. Este estudo contribui para o debate contemporâneo sobre planejamento urbano e resiliência ao evidenciar que, já na década de 1970, determinadas

PENSAR FORA DO EIXO

experiências brasileiras antecipavam, de forma situada e pragmática, princípios contemporâneos.

REFERÊNCIAS

BELOTO, Gislaine Elizete. **Da região à metrópole. O território desenhado pelos modelos conceituais**. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, 2015.

BELOTO, Gislaine Elizete; OLIVO, Carla Martins; SOARES, Ana Carolina Xavier. **O constructo de paradigma e o pensar-fazer no urbanismo e no planejamento territorial**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, São Paulo, v. 28, ed.202609, 2026. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202609>.

BELOTO, Gislaine Elizete. **CIDADE COMO PEÇA-CHAVE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O PLANEJAMENTO PARANAENSE NOS ANOS DE 1960**. Anais XVI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo (p. 52-61). São Paulo, 2026.

DUDEQUE, Irã Taborda. **Nenhum dia sem uma linha: uma história do urbanismo em Curitiba**. São Paulo: Studio Nobel, 2010.

FELDMAN, Sarah . **Transforming the region, transforming the city: three Brazilian studies of the 1950's. 14 IPHS Conference**. Urban Transformation: controversies, contrasts and challenges, (pp. 1-11). Istanbul, 2010.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques urbanos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2010. (Coleção QUAPÁ).

MENEGUETTI, Karin Schwabe. **De cidade-jardim a cidade sustentável: potencialidades para uma estrutura ecológica urbana em Maringá - PR**. 205 p. Tese (Doutorado em Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MCHARG, Ian L. **Design with Nature**. Garden City, NY: Natural History Press, 1969.

NDUBISI, Forster. **Ecological planning: a historical and comparative synthesis**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2002.

OLIVO, Carla Martins. **Paisagem do Antropoceno: o projeto da paisagem sob o paradigma ambiental**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa Associado UEM/UEL de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2023.

PENSAR FORA DO EIXO

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Conference on the Human Environment, Stockholm 1972.** Disponível em: <https://www.un.org/en/conferences/environment/stockholm1972>. Acesso em: 09 out. 2025.

PÁDUA, José Augusto. Environmentalism in Brazil: an historical perspective. In: MCNEILL, John Robert; MAULDIN, Erin Stewart (ed.). **A companion to global environmental history**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012. p. 464–478.

PARQUES. **Parques de Curitiba - Parque São Lourenço.** Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/parque-municipal-sao-lourenco-memorial-paranista/317>. Acesso em 08 fev. 2026.

POUGY, Geraldo. **Curitiba: urbanismo essencial**. Curitiba: Insight Editora, 2021.

RECHIA, S. **Parques públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer**. Tese (Doutorado em Educação Física). Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

REGO, R. L.; JANUÁRIO, I. C.; AVANCI, R. A. **Uma outra estratégia projetual: Arquitetura em Curitiba nos anos 1960-1970**. Thésis, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, dez. 2022.

SAKATA, Francine Gramacho. **Parques Urbanos no Brasil - 2000 a 2017**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SOARES, Ana Carolina Xavier; BELOTO, Gislaine Elizete. **Paraná na vanguarda do planejamento regional brasileiro: o florescer de novos paradigmas na década de 1960**. Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, São Carlos, v. 23, p. 1-17, 2025.

VIANNA, Fabiano Borba. **O plano de Curitiba 1965-1975: desdobramento de outro moderno brasileiro**. 506 p. Tese (Doutorado - Área de Concentração: Projeto de Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

VIOLA, Eduardo. “A globalização da política ambiental no Brasil, 1990–1998.” In: **International Congress of the Latin American Studies Association – LASA, 21.**, 1998, Chicago. Anais... Chicago: LASA, 1998.